

Sobre a luta dos trabalhadores da Saúde

*Contribuição do coletivo **Vamos à Luta!**
ao XII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp*

Quando uma entidade privada, ligada a grandes interesses internacionais, como a FIFA submete o país a um regime de exceção, por ocasião da Copa do Mundo de 2014, alegando a necessidade de promover um mega-evento em altos padrões de qualidade, o povo se pergunta: por que a saúde não está neste padrão? Por que não há a mesma urgência para as necessidades de saúde do povo que hospeda esta festa?

Sem respostas, esta indagação se transformou na indignação expressa com toda clareza nas mobilizações que tomaram o país em junho deste ano, mostrando a potencial força da luta por saúde pública nesta nova conjuntura que se abriu. O Vamos à Luta, agindo pelo STU, aposta suas energias na organização desta luta e é parceiro importante na construção do Fórum Popular de Saúde, que extrapola o movimento sindical, unificando trabalhadores e estudantes da saúde com os usuários num movimento popular que reivindica saúde pública no "padrão FIFA". Estamos batalhando para reerguer as bandeiras da luta pela reforma sanitária, que foi tão forte na década de 80 e teve seu apogeu na consolidação do SUS na Constituição brasileira em 1988.

O funcionamento "normal" da nossa sociedade tem como objetivo a intensificação do trabalho e do consumo da maioria da população, com vistas a garantir privilégios extraordinários a um pequeno número de ricos poderosos cada vez mais globais. Esta sociedade se organiza a partir da produção da doença, de forma que um mundo focado na saúde das mulheres e homens comuns deve subverter a lógica de privatização da riqueza, socialização dos prejuízos, aumento das desigualdades sociais e aprofundamento do individualismo.

Desde os fins da década de 80, a política para saúde dos governos seguiu a tendência que afeta todos os demais serviços públicos. Enquanto se enxuga a verba pública dos equipamentos de saúde, a transferência de responsabilidades e recursos para a iniciativa privada ocorre com diversos nomes. São as concessões de administração às Organizações Sociais da Saúde (caso do Complexo Hospitalar do Ouro Verde e da proposta de autarquia do HC/CAISM da Unicamp), as Parcerias-Público-Privadas, Gestão Compartilhada, EBSEH, as isenções e benefícios a planos de saúde privados, o desmonte do CECOM, o pagamento do auxílio-saúde aos funcionários da USP e muitos outros casos.

Na Unicamp, intenções semelhantes da administração já haviam ficado claras em 2006, com o fim da jornada de 30h, e com o debate sobre a autarquia do complexo hospitalar, que chegou a fundar uma entidade privada para assumir o papel de futura gestora da autarquia e não deu mais notícias. De toda forma, os rumos retrógrados continuam expressos na falta de iniciativas imediatas para retomada do regime de 30h, na negligência para com a pauta específica da saúde, no aprofundamento das terceirizações, na falta de políticas claras de saúde ocupacional e prevenção de riscos, etc.

Frente a este cenário, o movimento sindical da Unicamp deve intensificar a organização da luta

dos trabalhadores da saúde, setor que sofre a maior precarização das relações de trabalho com redução do quadro de funcionários em regime público, aumento da intensidade da jornada de trabalho, assédio moral, pressões de ordem ética e maior dificuldade de organização sindical. A luta dos trabalhadores da área de saúde também é uma luta muito importante para a garantia dos direitos das mulheres, que compõem a maioria do quadro do setor e dependem destes serviços para que os cuidados com saúde dos familiares saia do invisível âmbito doméstico. É também na área de saúde que se concentra a maioria dos trabalhadores contratados pela FUNCAMP, outra agenda prioritária para nossa categoria.

Para além da luta em defesa do SUS e das pautas gerais do Fórum Popular de Saúde, é necessário que o STU participe das definições e saiba apontar as negligências do dimensionamento de quadro dos hospitais; lute pela impessoalidade na composição das escalas; acabe com os mecanismos de trabalho extra com remuneração informal; crie mecanismos de eleição e deposição das chefias; garanta a maior estabilidade possível para as equipes da assistência; exija políticas sérias de saúde ocupacional; garanta a divulgação dos dados de acidentes de trabalho, adoecimento, afastamento e suicídio dos trabalhadores; dê o suporte necessário para os trabalhadores enfrentarem o intenso assédio moral; etc.

A organização coletiva das pessoas em busca de uma vida melhor é a melhor expressão da saúde de um povo. Mais do que o "bem-estar bio-psico-social", saúde é lutar por um mundo melhor. Isto ajuda muito a dar sentido ao nosso cotidiano de luta pela sobrevivência e permite aos nossos descendentes o sonho com uma vida melhor, num mundo mais justo e racional.

Vamos à Luta!